

viva a greve nacional da função pública, professores e enfermeiros!



L. C. I.



No próximo dia 10, 370 000 trabalhadores estarão em luta contra a intransigência do governo em dar satisfação às suas reivindicações. São os trabalhadores da Função Pública e da Administração local e regional, são os enfermeiros, e os professores que, sob convocatória de 23 direcções sindicais e após a aprovação em Plenários realizados de norte a sul do país, levam a cabo um dia de greve nacional por aumentos salariais que contrabalaçam em parte a subida do custo de vida, o seu poder de compra e para lutar contra a Lei das Bases da Função Pública ou para garantir o futuro da carreira de docente, no caso dos professores.

Está em causa, pois, a política do governo e a sua recusa em alargar a verba orçamental para os aumentos salariais, integrada no projecto de orçamento geral do Estado que o governo vai apresentar à Assembleia da República, no próximo dia 15. Se alguém houvesse que tivesse concedido o "benefício da dúvida" a este governo, dificilmente conseguirá explicar porque é que sectores como os da Função Pública, Saúde e Educação sofrem reduções significativas — que logo se traduzirão em desemprego e quebra do poder de compra — ao passo que sectores como os da Defesa Nacional ou as despesas com a GNR, PSP, etc, sobem cada vez mais.

A razão é simples: ela é o reflexo da política de austeridade do Governo PS-CDS que apenas tem como objectivo exigir maiores sacrifícios aos trabalhadores, dando ao mesmo tempo ao patronato todas as garantias para encher os bolsos à nossa custa.

Por isso, a luta dos camaradas da F.P., dos Professores, Enfermeiros, etc, é uma luta justa que não pode senão merecer todo o apoio incondicional do conjunto do Movimento Operário e das organizações sindicais e políticas.

Camaradas:

O descontentamento dos trabalhadores face à investida reaccionária contra os seus direitos mais elementares cresce de dia para dia. Os camaradas das Ilhas que realizavam no dia 9 uma jornada regional de luta com manifestação de rua, os camaradas da Sociedade Nacional de Sabões, em greve há mais de um mês, a próxima jornada regional de greve na Covilhã ou das lutas dos nossos camaradas da Portucel ou da Torralta, refletem todas elas o sentimento comum a milhares de trabalhadores: recusar a política de austeridade anti-operária do Governo e do patronato e impor: **pela mobilização do conjunto dos trabalhadores**, a defesa do nosso poder de compra (e pelo direito ao trabalho), pela melhoria das nossas condições de vida e de trabalho.

A Greve Nacional dos Trabalhadores da Função Pública e dos Professores apontam-nos o caminho da satisfação das nossas reivindicações. É por uma **Jornada Nacional de Greve**, que a CGTP deve convocar, preparada e organizada em cada empresa, local de trabalho e sindicato que será possível combater eficazmente contra a política do Pacote 3 que se avizinha, contra a austeridade capitalista.

Camaradas:

A política e as medidas anunciadas pelo Governo PS-CDS para superar as crises económica e financeira são contrárias aquelas que os trabalhadores exigem para resolver a crise, salvaguardando a defesa dos seus direitos e conquistas, rumo ao socialismo. É necessário uma Plataforma Económica de Emergência de alternativa, discutida e aceite pelos trabalhadores e pelas suas organizações de classe, é necessário um Governo de confiança dos trabalhadores que a aplique.

Nem o Programa de Governo PS-CDS é essa Plataforma de Emergência, nem tão pouco o actual Governo tem a nossa confiança. Por isso, é necessária a convocação dum Congresso Extraordinário da CGTP que discuta e vote essa Plataforma. Por isso é necessário que todos os trabalhadores, independentemente do partido a que pertençam, juntem os seus esforços para exigir a saída dos ministros do CDS e militares do governo, para derrotar este Governo anti-operário, e exigir dos deputados do PS, PCP, UDP e socialistas independentes que votem contra os planos do Governo e constituam um Governo operário, um governo do PS e do PCP, para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores.

Lisboa, 8 de Março de 1978

Comité Executivo da LCI
Comité Executivo do PRT